

As estratégias da educação popular presentes na ITCP-USP: a atuação em uma cooperativa de catadoras

Danilo de Carvalho Silva¹

Resumo

Desde sua criação, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP) tem na educação popular um dos referenciais metodológicos de suas práticas. Por isso, o objetivo deste trabalho é apresentar as estratégias da educação popular presentes na atuação da Incubadora. Para isso, será utilizada a metodologia de sistematização em educação popular, para a qual uma teoria deve servir para organizar e sistematizar as experiências de intervenção em um campo. Foram escolhidas três estratégias da educação popular: o fortalecimento da organização coletiva dos trabalhadores; o reconhecimento dos saberes oriundos da experiência de trabalho; e a compreensão das necessidades dos trabalhadores. A partir de sua contextualização histórica elas servirão para a reflexão sobre cenas da atuação da ITCP-USP em uma Cooperativa de Reciclagem. Quando se compreende que o empreendimento econômico solidário deve considerar aspectos para além dos econômicos, as estratégias da educação popular proporcionam leituras e práticas que favorecem a união entre os trabalhadores.

Palavras-chave

Educação Popular. Psicologia Política. Economia Solidária. Cooperativismo Social. Catador de Materiais Recicláveis.

1. Mestre em Psicologia Social e do Trabalho pela Universidade de São Paulo, Brasil; professor na Universidade Santo Amaro, São Paulo, Brasil. E-mail: contateodanilo@gmail.com.

The strategies of popular education present in ITCP-USP: the work in a cooperative of collectors of recyclable materials

Danilo de Carvalho Silva*

Abstract

Since its creation, the Technological Incubator of Popular Cooperatives, University of São Paulo, Brasil (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares ITCP-USP) has in popular education one of the methodological references of its practices. Therefore, the objective of this work is to present the strategies of popular education present in the work of Incubator. For this, the methodology of systematization in popular education will be used, for which a theory should serve to organize and systematize the experiences of intervention in a field. The three chosen strategies of popular education were: the strengthening of the collective organization of the workers; the recognition of knowledge derived from work experience; and the understanding of workers' needs. From their historical contextualization they will serve to reflect on scenes of the ITCP-USP's performance in a Recycling Cooperative. When it is understood that the solidarity economic enterprise must consider aspects beyond the economic ones, the strategies of the popular education provide readings and practices that favor the union among the workers.

Keywords

Popular Education. Political Psychology. Solidarity Economy. Social Cooperativism. Collector of Recyclable Materials.

* Master in em Social and Work Psychology, University of São Paulo, State of São Paulo, Brazil; professor at the Santo Amaro University, State of São Paulo, Brazil. E-mail: contateodanilo@gmail.com.

Apresentação

O objetivo deste texto é apresentar as estratégias da educação popular presentes na atuação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-USP). Para isso, serão elencadas três estratégias dessa prática educativa e, posteriormente, será apresentada a sistematização e a reflexão de cenas da atuação na Cooperativa Filadelfia. Pretende-se, assim, observar alguns dos efeitos proporcionados pelas práticas dessas estratégias.

A ITCP-USP é um Programa do Núcleo de Direitos da USP, programa este vinculado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. Formada pela iniciativa de um grupo de estudos em Economia Solidária, coordenado por Paul Singer, sua origem se deu no ano de 1999, com o objetivo de contribuir no fortalecimento de cooperativas populares (SINGER, 2000).

O economista Paul Singer começou sua trajetória de militância política pelo sindicalismo operário. Na década de 1980, passou a se dedicar às cooperativas populares, sendo um dos desenvolvedores da Economia Solidária. Naquele período, diante de um mercado de trabalho altamente excludente, como veremos melhor a seguir, as cooperativas populares surgiram como um modo dos trabalhadores se organizarem coletivamente e responderem a essa exclusão (SINGER; SOUZA, 2000).

A Economia Solidária é uma teoria influenciada pelas obras de socialistas utópicos como Robert Owen, Pierre Proudhon e Charles Fourier, sendo orientada, na ordem do possível, por princípios como a igualdade e a democracia no trabalho, eixos de lutas históricas dos trabalhadores nos últimos dois séculos, ainda que descontínuas e pulverizadas (SINGER, 2002). Esse movimento está baseado na união entre a posse e o uso dos meios de produção nas mãos dos trabalhadores associados, aliada a uma gestão participativa e democrática dos empreendimentos (ANDRADA, 2006).

Com a disseminação do cooperativismo como alternativa para a geração de trabalho e renda na década de 1990, começaram a surgir as primeiras incubadoras de cooperativas em universidades públicas. Paul Singer, que no final da década de 1990 era professor de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP (FEA/USP), orientava um grupo de estudos de Economia Solidária. Em parceria com professores de outras unidades da USP, como Silvia Leser (Instituto de Psicologia) e Sônia Kruppa (Faculdade de Educação), foi criada, em 1999, a ITCP-USP (SINGER; SOUZA, 2000).

Em 2002, o presidente Luís Inácio Lula da Silva criou a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego. Paul Singer, que já havia sido Secretário do Planejamento no governo da prefeita de São Paulo, Luíza Erundina (1989-1993), se tornou secretário da SENAES nos mandatos de Lula e Dilma Rousseff. Com o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, o economista foi exonerado do cargo após a mudança de governo, vindo a falecer em abril de 2018.

Desde sua criação, a ITCP-USP propõe a difusão da Economia Solidária por meio do apoio às cooperativas populares e aos movimentos sociais (SINGER, 2000). Dividindo-se em frentes de trabalho denominadas Grupo de Estudo e Pesquisa Multidisciplinar (GEPEM), a incubadora mantinha um dos GEPEM focado na temática dos resíduos sólidos. O GEPEM Resíduos, como era chamado, era um espaço de encontro semanal para a troca de experiências entre os educadores que atuavam nas cooperativas de catadores. A partir da reflexão sobre as experiências, elaboravam-se formações e metodologias para a incubação dos grupos (VALLIN, 2016).

Em 2012, por meio do GEPEM Resíduos, a ITCP-USP estabeleceu um convênio com a ONG Cata Sampa, ligada ao Movimento Nacional dos Catadores de Resíduos (MNCR). Por esse convênio os educadores apoiaram

o MNCR no cadastramento de catadoras e catadores individuais e cooperados de São Paulo (VALLIN, 2016).

Após esse mapeamento seriam escolhidas algumas cooperativas que seriam incubadas pela ITCP-USP. Por isso, em 2013, a incubadora passou a desenvolver atividades junto às cooperativas de catadores, dentre elas a Cooperativa Filadelfia. Localizada num galpão improvisado no Jardim Eliane, zona leste de São Paulo, a Cooperativa Filadelfia era composta por 15 mulheres durante o período de incubação e, atualmente, é composta por 34 mulheres, dentre elas jovens, adultas e idosas.

A incubação feita pela ITCP-USP na Cooperativa Filadelfia se baseou em formações que visavam o auxílio no exercício da gestão participativa (autogestão), da gestão administrativa e da gestão dos recursos financeiros. Nunes (2009), ao apresentar a metodologia de incubação do Escritório Público de Pesquisas e Apoio ao Desenvolvimento Local e Regional da Universidade de Salvador (EPADE/UNIFACS), afirma que a principal atividade da incubação é a formação, de modo que a assessoria configura-se como auxiliar.

Ancorando-se em estratégias da educação popular, as formações da ITCP/USP abordaram temas como: cooperativismo e economia solidária; a cadeia produtiva dos resíduos; sistemas de remuneração; contabilidade e gestão administrativa (regimento interno e estatuto); valorização do trabalhador; gênero e direitos; dentre outros temas. A atuação da incubadora junto à Cooperativa Filadelfia ocorreu por cerca de quatro anos por meio de visitas semanais à cooperativa. Diferentes duplas de educadores variavam a cada ano, permanecendo uma das educadoras durante praticamente todo o processo de parceria entre incubadora e cooperativa.

Método

A escolha das cenas de atuação da ITCP-USP na cooperativa de catadoras será feita a partir do conceito de sistematização de Oscar Jara Holliday, que define a sistematização das experiências em educação popular como sendo um processo cumulativo de criação de conhecimentos a partir da experiência de intervenção em uma realidade social. Para o autor, a sistematização representa uma articulação entre teoria e prática, tendo como um dos propósitos conceituar a prática a fim de organizar os elementos que nela intervêm (JARA-HOLLIDAY, 2006).

Para organizar os elementos que intervieram na prática da incubadora, foram elencadas três estratégias da educação popular: o fortalecimento da organização coletiva dos trabalhadores; o reconhecimento dos saberes carregados pela experiência de trabalho; e a compreensão das necessidades e interesses dos trabalhadores como elemento fundamental na construção do diálogo entre educadores e trabalhadores (FREIRE, 2014).

Essas estratégias serão historicamente contextualizadas a fim de que sejam apresentados os principais fundamentos que produziram os sentidos de suas práticas. A partir dessa fundamentação, foram escolhidas cenas vividas durante a atuação da ITCP-USP na Cooperativa Filadelfia. Essas cenas serão apresentadas como resultados da presença da educação popular na atuação da ITCP-USP.

Fortalecimento da organização coletiva dos trabalhadores

A educação popular ficou muito conhecida pelos trabalhos realizados pelo educador Paulo Freire no período que antecede a ditadura civil-militar (1964-1965) e pelo trabalho de

alfabetização de jovens e adultos (PAIVA, 2003).

O projeto mais marcante foi o de alfabetização em Angicos, no Rio Grande do Norte, em 1963. Dentre os movimentos implantados no Nordeste, realizados no início da década de 1960, também vale citar o Movimento de Cultura Popular (MCP), na Prefeitura de Recife; a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, instituída pela Prefeitura de Natal; e o Movimento de Educação de Base (MEB), criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil junto ao governo federal (STRECK, 2010).

O início dessa história, por sua vez, se deu principalmente nos trabalhos de Freire como diretor do Setor de Educação e Cultura do SESI de Pernambuco, entre os anos de 1947 e 1954, quando ele começou a se deparar com inúmeras histórias de opressão e humilhação, as quais os trabalhadores estavam submetidos (STRECK, 2010). Durante esse trabalho, viu operários de fábricas, camponeses e pescadores submetidos a uma série de opressões, tais como as elevadas cargas de trabalho, a baixa remuneração e a ausência da garantia de direitos básicos como alimentação, moradia, transporte e saneamento básico (BEISIEGEL, 1989).

Essas opressões eram, por sua vez, reproduzidas nas relações com os filhos, com a companheira ou com outros companheiros de trabalho, como na situação a seguir relatada pelo educador:

O camponês é um dependente. Não pode expressar o seu querer. Antes de descobrir sua dependência, sofre. Desabafa sua “pena” em casa, onde grita com os filhos, bate, desespera-se. Reclama da mulher. Acha tudo mal. Não desabafa sua “pena” com o patrão porque considera um ser superior. Em muitos casos o camponês desabafa sua “pena” bebendo. (FREIRE, 2014, p. 71).

Essa reprodução das opressões entre os próprios oprimidos foi uma das principais questões para Paulo Freire. Para compreender

essa cadeia, o educador inspirou-se no modelo da dialética hegeliana da relação entre senhor e escravo para explicar o que denominou de “trágico dilema dos oprimidos” (FREIRE, 2014). Por esse modelo, a contradição da relação dialética entre senhor e escravo se apresenta no fato de que o senhor não existe sem o escravo, enquanto que o escravo encontra no senhor um modelo de vida a ser seguido, “o seu testemunho de ‘homem’” (FREIRE, 2014, p. 45). Desta forma, “ao agredirem seus companheiros oprimidos estarão agredindo neles, indiretamente, o opressor também ‘hospedado’ neles e nos outros” (FREIRE, 2014, p. 68).

Enquanto não reconheciam o opressor “hospedado” neles, os trabalhadores se encontravam imersos em um fatalismo, de tal modo que não confiavam em si mesmos e viam a dura realidade em que viviam como imutável. O sofrimento sentido, produto das várias formas de explorações a que estavam submetidos, era justificado como vontade de Deus (FREIRE, 2014).

Romper com essa atitude fatalista e de reprodução das opressões exigia dos oprimidos a descoberta do opressor dentro de si, uma descoberta que dependia tanto da reflexão sobre o mundo e o reconhecimento da situação de exploração quanto de ações libertadoras (FREIRE, 2014).

Para que esse reconhecimento acontecesse era necessário garantir o direito à palavra àqueles que não têm esse direito e que vivem sob a imposição da ordem e do mando, sendo impedidos de maneira física e psicológica de poder assumir as suas vontades e, por consequência, as escolhas e o destino de sua própria vida. Inspirado por Paulo Freire, Martin-Baró (1996) afirma que esta palavra é pessoal e, ao mesmo tempo, comunitária. Pela palavra se abrem as portas para o diálogo, caminho pelo qual se torna possível aos humanos o encontro com a sua humanidade.

Como o diálogo se faz sempre em

companhia de outros humanos, o fortalecimento da organização coletiva dos trabalhadores passa a ser uma estratégia para que estes percebam que não estão sozinhos em sua dor. Essa possibilidade da compaixão, de reconhecer em si a dor de outro ser humano, é fundamental para que o indivíduo recupere a confiança em si mesmo e se fortaleça diante da dureza da realidade.

Por isso, essa estratégia de organização coletiva dos trabalhadores ganhou a forma de sindicatos de trabalhadores (MARTINS, 2009). Por meio dos trabalhos em educação popular promovidos pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB), que desde o Concílio Vaticano II buscava reaproximar a Igreja Católica das classes populares, foram formados inúmeros sindicatos, boa parte deles formados por trabalhadores rurais (LANE, 2007).

O reconhecimento dos saberes produzidos pelo trabalho

Como vimos anteriormente, um dos principais obstáculos encontrados pelos trabalhos em educação popular na luta contra as opressões sociais era o da reprodução da opressão entre os povos oprimidos. Imersos em uma realidade extremamente competitiva viam na figura do opressor a sua única possibilidade de se libertar.

Para superar esse obstáculo, uma das estratégias da educação popular foi a de fortalecer a união entre os trabalhadores. Freire (2014), ao citar uma das experiências com camponeses em que a proposta era discutir a situação de trabalho no campo, aborda como a tônica da discussão se voltava para a reivindicação salarial e a formação de um sindicato.

Nesse fortalecimento a palavra surge como ferramenta fundamental, vislumbrando a possibilidade dos que são oprimidos expressarem suas vontades e lutas por elas. Por meio da palavra são abertas as portas do diálogo e dos encontros entre os trabalhadores (FREIRE, 2014). A questão que se colocava agora era: como conquistar a

participação dos trabalhadores em um coletivo?

Uma das estratégias que perpassaram os trabalhos em educação popular foi a do reconhecimento dos saberes oriundos da experiência de trabalho. Essa estratégia advém dos estudos marxistas sobre a alienação do trabalho. Marx (2008) afirma que o trabalho é o meio pelo qual o ser humano se torna real no mundo onde vive. Quando precisa produzir para outra pessoa, o trabalhador não se reconhece no que produz. Por isso, Marx (2008) afirma que o trabalhador de fábrica sente o produto do seu trabalho, a mercadoria, como algo estranho e que o domina.

Por meio desses estudos, entende-se que o ser humano precisa transformar a natureza, precisa adaptá-la a si para nela sobreviver. Essa adaptação é feita pelo trabalho (SAVIANI, 2012). Como seres transformadores, os seres humanos produzem os bens materiais, as coisas sensíveis, os objetos, e também as instituições sociais, suas ideias, suas concepções (FREIRE, 2014).

A educação popular compreendia, portanto, que, na própria experiência de trabalho, eram produzidas ideias e saberes a partir das necessidades e problemas com os quais os trabalhadores se deparam. Saviani (2012), em estudos sobre a História da Educação, afirma que a educação, enquanto transmissão de saberes, sempre existiu e que na Idade Média, por exemplo, os servos e artesãos aprendiam pelo próprio trabalho.

Já na sociedade moderna houve o deslocamento do eixo de produção do campo para a cidade, deslocamento que se repetirá com a educação, cujo processo de aprendizagem se deslocou do trabalho para a escola. Por isso, a escola passa a ser o centro do processo educativo na sociedade moderna, onde se aprendem conhecimentos necessários para a participação na vida da cidade, cuja mera realização do trabalho já não é mais capaz de transmitir (SAVIANI, 2012).

Essas transformações no mundo do

trabalho não chegaram sem ruídos às camadas mais pobres da população, de modo que a centralidade dos conhecimentos escolares, como é o caso da alfabetização, resultou numa subestimação dos conhecimentos advindos do próprio trabalho. Essa compreensão levantou a preocupação dos estudiosos da educação na criação de uma educação que contribuísse na ruptura com a denominada “educação bancária”, na qual os professores falavam e os alunos ouviam sem que esses conhecimentos se relacionassem com o cotidiano dos educandos (FREIRE, 2014).

Por isso, uma das estratégias da educação popular é reconhecer os saberes que emanam da própria experiência de trabalho. Como o trabalhador se materializa no que é produzido, o reconhecimento do trabalhador se manifesta quando seu trabalho é reconhecido, trabalho que tantas vezes passa por invisível em meio à produção. Quando o trabalhador se sente reconhecido pelo grupo onde se encontra, quando sente que sua presença é importante para o grupo, sente que pertence ao coletivo, contribuindo para que deixe posições fatalistas diante da vida e passando a confiar em si mesmo; confiança que contribuía para viabilizar sua participação (FREIRE, 2014).

A compreensão das necessidades dos trabalhadores

As duas estratégias anteriores abordaram caminhos de trabalho possíveis para o enfrentamento das opressões sociais. Tendo em vista que essas opressões produzem um aviltamento de sujeitos, uma de suas principais consequências foi a postura fatalista e sem esperança diante da vida, resultado de uma dura realidade que parece imutável.

Se a união dos trabalhadores foi uma das estratégias que fortaleceram o enfrentamento da realidade opressora, união feita pelos encontros abertos pelo diálogo, a valorização

dos saberes oriundos do trabalho, por sua vez, se apresentou como uma estratégia para a ruptura com essa postura fatalista diante da vida.

Diante do encontro com a palavra e a expressão de suas vontades e diante do reconhecimento de si enquanto sujeitos, a terceira estratégia para o enfrentamento da realidade opressora é a compreensão das necessidades dos trabalhadores.

Partindo da compreensão de que os seres humanos são seres inconclusos, a teoria da educação popular, influenciada pelos estudos marxistas, entende que é pelo trabalho que o ser humano se torna real no mundo, sendo que é pelo exercício da consciência que ele se torna capaz de projetar suas intenções (MARX, 2008).

Por isso, a educação popular compreende que o seu papel deve ser o de olhar para a realidade com questionamentos que lhe permitam sair de sua condição dura e de sua aparência como imutável. Para isso, faz-se necessária a escuta sobre as necessidades dos educandos, cuja finalidade é a elaboração de uma atitude consciente de enfrentamento dos problemas apresentados pela realidade.

Freire (2014) afirma que para essa concepção de educação como prática da liberdade, a sua dialogicidade começa antes mesmo dos educadores se encontrarem com os educandos, perguntando-se em torno do que vai dialogar com eles. Diante disso, o educador propôs um trabalho no qual as condições em que as populações oprimidas viviam e as causas dessas condições passavam a ser discutidas, criando possibilidades de reação às posições fatalistas diante delas. Dessa forma, ele pretendia que se superasse a reprodução da opressão sofrida pelos trabalhadores ao participarem da própria elaboração do conteúdo pedagógico, reconhecendo os fatores sociais da pobreza e das injustiças sociais, para que reagissem contra aqueles que realmente lhes oprimiam, encontrando novos caminhos para enfrentar os sofrimentos que viviam.

Resultados e Discussão

Cooperativismo popular: estratégia de organização coletiva dos trabalhadores

A estratégia de organização coletiva dos trabalhadores sempre perpassou os trabalhos da ITCP-USP, sendo feita a partir da proposta de diferentes formas de reunir as cooperadas para tratar dos assuntos da cooperativa, principalmente, por meio das formações e das assembleias. Nessas atividades houve, por exemplo, a leitura do Estatuto da Cooperativa e a proposta de criação de um Regimento Interno.

Durante a atuação na Cooperativa Filadélfia, os educadores observaram as cooperadas atravessando etapas necessárias para a consolidação de sua participação. Logo no começo dos trabalhos, por exemplo, uma cena chamou a atenção dos educadores: após a realização de formações sobre cooperativismo, as cooperadas receberam a informação de que em uma cooperativa todas as associadas eram donas. Diante dessa informação, todo e qualquer questionamento de uma em relação às atitudes de outra cooperada passou a ser encarado como uma espécie de afronta as suas ações. Desse modo, toda vez que alguma delas era questionada, logo respondia que ali todas eram donas da cooperativa, como se nenhuma cooperada pudesse questionar o trabalho de outra.

Gonçalves Filho (2007), em pesquisa sobre opressão social, a partir do tema da humilhação social, afirma que quando uma pessoa se encontra durante muito tempo sob uma realidade autoritária, ao se deparar com uma realidade em que não precisam mais obedecer a ordens, ela se recusa a aderir a qualquer proposta que sinta como mais uma forma de redução de sua humanidade.

Por isso, a partir das formações sobre cooperativismo e a abertura da cooperativa, e das opiniões das cooperadas, tanto elas quanto os educadores relataram que cada cooperada

passou a fazer apenas o que queria, sem se atentar ao coletivo. Essa compreensão de que a construção da participação passa por etapas como a recusa à adesão contribui para que os educadores acompanhem o grupo sem tentar oferecer soluções imediatas. Machado (2003), por sua vez, em artigo sobre os obstáculos enfrentados pela direção escolar na implicação de professores em um projeto político-pedagógico, ao se referir aos discursos que defendem a busca de igualdade, autonomia e respeito, afirma que é preciso ter cuidado para que eles não sejam abortados pela defesa de que cada um é diferente do outro, justamente porque o convívio com as diferenças implica uma luta, incomoda, exige embates e mudanças.

Como em vários momentos as assembleias e discussões sobre o cotidiano da cooperativa eram realizadas apenas diante da presença dos educadores, percebia-se que, diante dessa presença, elas se sentiam mais confortáveis para exprimir os sentimentos que as incomodavam. Em uma das formações se propôs abordar o tema do regimento interno. A proposta daquela formação era o de colocar no papel os acordos coletivos a fim de amenizar mal-entendidos por não serem cumpridos. Logo no início da formação as cooperadas tocaram na questão das faltas e atrasos, o que provocou a reação de uma das cooperadas, desabafando em tom de revolta. Essa reação ficou incompreensiva num primeiro momento. Posteriormente, pode-se compreender que em uma situação anterior à da reunião, outra das cooperadas, incomodada com as dificuldades pelas quais a cooperativa passava, afirmou que se ela continuasse faltando teria que deixar a cooperativa. Por ser uma cooperada que encontrava dificuldades de estar presente na cooperativa, em função das tarefas domésticas e da necessidade de cuidar dos filhos, ela precisava faltar constantemente. No entanto, ela tinha uma longa história dentro da cooperativa, de modo que a fala da outra cooperada a

deixou ofendida, ainda que reconhecesse que seu compromisso estava aquém do esperado. Aquele desabafo, por sua vez, encontrou expressão alguns dias depois na formação. Após desabafar, observou-se que ela voltou a ficar à vontade e a brincar com as outras cooperadas.

Vallin (2016), em pesquisa sobre as desigualdades de gênero existentes na indústria da reciclagem, afirma que muitas mulheres das classes baixas são excluídas do mercado de trabalho por precisarem cuidar de seus filhos e encontram no ramo da reciclagem uma forma de trabalho remunerado que atenda as exigências sociais de suas duplas ou triplas jornadas de trabalho. Na Cooperativa Filadelfia, por exemplo, o horário de funcionamento da cooperativa se ajustava ao de saída das crianças do CEI (Centro de Educação Infantil), sendo, portanto, das 6h às 16h. Além disso, havia cooperadas que também lavavam e passavam roupas como forma de obtenção de renda, o que somado ao trabalho na cooperativa e no cuidado dos filhos, constituía uma tripla jornada de trabalho.

Portanto, a presença de questões subjetivas como o desabafo da cooperada evidenciava a presença dos obstáculos provocados pelas injustiças sociais nas quais as cooperativas estão imersas. A revolta daquela cooperada reivindicava o reconhecimento de sua humanidade a partir do reconhecimento de sua história na cooperativa. No que diz respeito à autogestão, o conceito de pertencimento ao grupo se refere à condição na qual a pessoa se sente parte e participante de um coletivo (ESTEVES, 2004). Aquele que pertence ao grupo experimenta que sua presença e participação contribuem com o grupo ao mesmo tempo em que pode contar com o grupo (SVARTMAN et al., 2008). Nesse sentido, observamos que a adesão à participação é composta tanto pela tomada de consciência em relação à igualdade de direitos, como, e talvez principalmente, pelo sentimento de pertencimento.

Valorização e visibilidade: os conhecimentos produzidos pelo trabalho das catadoras

A revolta da cooperada evidenciou a existência de necessidades subjetivas que devem ser consideradas quando se busca fortalecer uma organização coletiva de trabalhadores. Por isso, essa estratégia pressupõe a compreensão das etapas do processo de emancipação e o reconhecimento dessas necessidades subjetivas, como o reconhecimento da história das cooperadas que ajudaram a fundar a cooperativa.

No caso dos trabalhadores que vivem sob uma rotina de opressão social, como os catadores de materiais recicláveis, as discriminações sociais são constantes em seu cotidiano de trabalho. Em uma formação sobre o Mundo do Trabalho, cujo objetivo era abordar o tema da valorização do trabalho das catadoras, uma das cooperadas relatou uma cena de discriminação vivida por seu filho e que refletia o que os catadores viviam cotidianamente. A cooperada contou que houve um dia na escola onde seu filho estudava que um dos colegas dele caçoou do menino dizendo em tom ofensivo: “Sua mãe é ‘lixreira!’”. Nisso ela nos contou que logo em seguida seu filho tirou um celular do bolso e apontou para o outro menino dizendo: “É, mas minha mãe me deu um celular!”.

A discriminação que o menino sofreu deslegitimava sua mãe por ela ser catadora, discriminação relacionada à divisão social do trabalho, abordada por Saviani (2012) como resultado do distanciamento entre aqueles que executam e aqueles que dirigem o trabalho. Diante da cena de discriminação, na qual o filho da cooperada estava inserido, sua resposta foi mostrar o celular como quem afirmasse a humanidade da mãe pelo seu poder aquisitivo. Silva (2008), em pesquisa sobre os desafios da inclusão do jovem na sociedade de consumo, afirma que a percepção de que a valorização do consumo se dá em meio a contextos violentos

e de vínculos frágeis evidencia a necessidade de uma visão crítica sobre o consumismo, uma visão que supere aquela que o associa apenas a gastos inúteis e compulsões irracionais.

Se no tópico anterior abordamos a necessidade do reconhecimento da história de cada cooperada pelo grupo ao qual pertence, a valorização do trabalho é uma das estratégias da educação popular para auxiliar no enfrentamento dos sofrimentos provocados pelas discriminações sofridas pela sociedade.

Um dos meios pelo qual se dá essa valorização é o do reconhecimento dos saberes decorrentes da experiência de trabalho, com o educador se inclinando a aprender com o trabalhador. Diante de uma sociedade na qual há uma larga distância entre quem pensa e quem executa o trabalho, como vimos no capítulo anterior, pode-se julgar o trabalho do catador como se não envolvesse um saber técnico específico. A logística da separação de materiais e a nomenclatura que classifica os resíduos sólidos demonstra, por sua vez, que o trabalho do catador produz uma especificidade técnica.

Em 2013, por exemplo, foi realizada a quarta edição da *Expocatadores*², evento no qual os educadores da ITCP-USP participaram como visitantes a fim de ampliar o rol de conhecimentos em torno do tema da reciclagem. Durante o evento, educadores e catadores conversaram e trocaram informações. Em uma dessas conversas, um catador fez a seguinte afirmação a um dos educadores: “Nós só não sabemos fazer no papel, mas a logística quem faz é o catador”. Por essa afirmação, o catador revelava a especificidade e o saber técnico do trabalho dos catadores, saber pouco reconhecido por não exigir uma qualificação profissional.

Na convivência com as cooperadas foi possível conhecer a logística da recuperação

(coleta, triagem, prensagem e enfardamento). Depois de receber os resíduos secos dos caminhões da Ecolurb (Engenharia Conservação e Limpeza Urbana), uma das empresas responsáveis pela coleta de resíduos na cidade de São Paulo, e da coleta feita por pequenos caminhões particulares, que passam por lojas e condomínios específicos, o material era despejado em uma primeira mesa de triagem, onde era feita a separação de materiais como plástico, vidro, alumínio, papelão, embalagens Tetra Pak, ferro e materiais “finos” (eletrônicos). Alguns desses materiais, como alguns tipos de plástico duro, chegavam a passar por até três etapas de separação.

Desse processo logístico de separação emergia uma série de categorias, oriundas da própria nomenclatura técnica dos materiais. Essas categorias eram usadas para distinguir, por exemplo, a extensa variedade de plásticos. Os sacos incolores, por exemplo, utilizados para armazenamento de legumes em mercados eram denominados aparas, sendo separados das sacolas brancas, também separadas em brancas e coloridas. Dentre as aparas, há um modelo de plástico reciclado denominado “canela”, em função de sua liga ter essa especiaria como composto. Essa separação por cores também era feita com as garrafas PET, separadas, por sua vez, das garrafas de óleo. Havia ainda o plástico PEAD, um tipo de plástico duro muito utilizado na produção de embalagens para produtos de limpeza.

Esses foram alguns exemplos do rol de classificações inserido no universo dos catadores, configurando um saber técnico que, em função das inúmeras discriminações sofridas pela profissão, às vezes passava despercebido para os próprios catadores. Por isso, frente a essa percepção de que o trabalho do catador envolve

2. A *Expocatadores* é um evento voltado à promoção da reciclagem e aos catadores de materiais. Organizado pelo Movimento Nacional de Catadores de Resíduos o evento conta com debates e deliberações a respeito das políticas públicas e tecnologias para o aprimoramento da gestão da coleta seletiva solidária, coleta e triagem de materiais.

conhecimentos específicos, o MNCR reivindicou o reconhecimento do trabalho do catador como profissão, resultando na inclusão da categoria na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), cujo código é o 5192-05 (PINHEL, 2013).

Ao longo dos trabalhos na cooperativa, o convívio com as cooperadas proporcionou aprendizados sobre o processo de separação. Esse convívio foi estabelecido tanto nas formações quanto em momentos na separação de resíduos e na arrumação e limpeza da cooperativa. O processo formativo, portanto, se deu tanto durante as formações quanto em momentos em que os educadores deixavam o seu lugar de educadores para aprenderem com o cotidiano de trabalho das catadoras. Tal experiência se aproxima da proposta de educação libertadora, a qual implica “a superação da contradição educador/educandos, de tal maneira que se façam ambos, simultaneamente, educadores e educandos” (FREIRE, 2014, p. 82).

A dialogicidade no papel do educador: compreendendo as necessidades das cooperadas

Para construir um repertório de conteúdos que partisse das necessidades daquele grupo, ainda que não cheguemos a realizar um mapeamento sistemático das necessidades das cooperadas, realizávamos pesquisas sobre o universo da reciclagem e sobre cooperativismo. A partir de conteúdos relacionados a esses temas procurávamos perceber os limites das formações, adequando-as às posteriores ou repetindo-as a partir de novas didáticas.

Durante a formação sobre remuneração, por exemplo, abordamos algumas noções básicas de matemática. Iniciamos a formação

levantando a proposta de algumas cooperadas de substituir o modelo de remuneração da cooperativa. Naquela época, elas adotavam um modelo de remuneração por valor fixo da hora trabalhada. A proposta seria a de passar para um modelo de valor por hora trabalhada.

Pelo modelo antigo, fixava-se um valor da hora trabalhada, sendo que o valor que cada cooperada recebia no final do mês era a multiplicação entre esse valor da hora trabalhada pela quantidade de horas trabalhadas pela cooperada. Esse modelo gerava atrasos nos pagamentos e acumulava dívidas para a cooperativa, pois nem sempre a cooperativa conseguia arrecadar o valor necessário para pagar aquele valor da hora às cooperadas.

O novo modelo propunha que ao final de cada mês o valor arrecadado fosse dividido pelo total de horas trabalhadas pelas cooperadas. O resultado dessa divisão seria o valor da hora trabalhada naquele mês. O que cada cooperada receberia seria a multiplicação desse valor de hora trabalhada pela quantidade de horas trabalhadas pela cooperada.

Para que abordássemos esse novo modelo de retirada³, iniciamos com a pergunta sobre o valor dos materiais, usando como base o valor do material misto (papelão) e do PET, respectivamente, os quais representavam o menor e o maior valor por quilo de material. Propusemos então que pensássemos quais eram os valores dos sacos de cada material. Uma das cooperadas, que já havia trabalhado como “coringa”⁴ foi quem mais demonstrou conhecimento, afirmando que o saco cheio de material pesava cerca de 70kg.

A adesão à formação ficou evidente quando uma das cooperadas corrigiu o educador quando esse confundiu os valores dos materiais.

3. Retirada é a denominação da remuneração dos cooperados, que recebem conforme as sobras dos ganhos de uma cooperativa.

4. Coringa é a cooperada que atua na função de articulação entre as funções. Ela leva os sacos de material reciclável para a caçamba para que as cooperadas que estão à mesa de separação não precisem deixá-la para realizar o transporte do material. Ela também acompanha o transporte e a pesagem. Por isso, a cooperada que trabalhou como coringa conhecia os valores dos pesos dos sacos cheios.

Conversamos então sobre o preço dos produtos consumidos em casa. A ex-coringa, que em outras formações se mostrava bastante dispersa, nessa formação foi quem mais participou, contando-nos quantos sacos de PET elas tiravam por semana e o valor do saco de material misto.

Durante a reflexão, uma das cooperadas chegou a associar o valor do saco de material misto com o valor do cigarro que comprava, outras associaram o lucro do saco de PET à quantidade de sacos de feijão e arroz que era possível comprarem com aquele valor. No entanto, não houve por parte das cooperadas adesão ao novo modelo de remuneração proposto, pois para elas era mais fácil raciocinar com a hora trabalhada tendo um valor fixo. Com isso, a liderança da cooperativa propôs uma retirada semanal, mediando os conflitos que podiam acontecer por possíveis atrasos na retirada.

Escutar as cooperadas e compreender seus interesses e necessidades contribuiu na conquista da adesão tanto nas formações quanto na participação na gestão da cooperativa. Observou-se, por exemplo, como a cooperada que fora coringa aderiu à formação sobre a remuneração quando ela partiu do cotidiano que vivera na cooperativa. Em outros momentos, a mesma cooperada prestava pouca atenção aos temas abordados. Outras cooperadas, também pouco participativas no começo da atuação da incubadora, passaram a se apropriar e a participar dos processos de gestão da cooperativa.

Considerações finais

Dos trabalhos de educação popular sob a influência de Paulo Freire, ganharam evidência aqueles realizados no período que antecede a ditadura civil-militar, principalmente pelo trabalho de alfabetização de jovens e adultos (PAIVA, 2003). Durante esses trabalhos, Paulo Freire se deparou com a problemática da opressão social, debruçando-

se sobre suas causas (FREIRE, 2014).

Como produto da exclusão social, essas opressões são constituídas de três partes: a dimensão material, caracterizada pela desigualdade social; a injustiça social, caracterizada pelas inúmeras formas de discriminação e preconceito; e pelo sofrimento psíquico, despertando no indivíduo sentimentos de culpa, tristeza, medo e vergonha frente à condição de exclusão (SAWAIA, 1999).

A exclusão do catador no universo da reciclagem se relaciona a uma estrutura macroeconômica, cujos catadores ficam expostos a uma situação de fragilidade financeira, recebendo apenas pela quantidade de material que arrecadam e o vendendo a atravessadores, que, com condições de armazenar maior quantidade de material, especulam seu valor de mercado para lucrar em cima da revenda (VALLIN, 2016).

Nesse sentido, a organização dos catadores em cooperativas surgiu como uma estratégia de enfrentamento de uma realidade em que são superexplorados, adquirindo melhores condições de disputa política e econômica. Pereira, Secco & Carvalho (2014) citam, por exemplo, a conquista do maior poder de barganha na venda dos materiais recicláveis.

Na medida em que se compreende o empreendimento econômico solidário como aquele que considera outros aspectos para além dos meramente econômicos, o cooperativismo social aparece como meio para a criação de espaços de socialização das questões referentes ao cotidiano de trabalho (PEREIRA; SECCO; CARVALHO, 2014).

As análises das transformações do mundo do trabalho no modelo capitalista e as dificuldades de adaptação dos indivíduos ao sistema de trabalho trazem compreensões sobre os processos de perda de vinculação social que individualizam sujeitos coletivos (PEREIRA; SECCO; CARVALHO). Tais análises contribuem na percepção dos novos focos

em que as ações coletivas, enquanto objetos de estudo, se encontram e quais as condições “necessárias para a constituição de uma identidade coletiva” (PRADO, 2000, p. 154).

Diante disso, os estudos em educação popular ofereceram estratégias de enfrentamento dos sofrimentos psíquicos apresentados por trabalhadores submetidos a esses processos em

meio, muitas vezes, a condições degradantes de trabalho. As estratégias da educação popular presentes nos trabalhos da ITCP-USP contribuíram na viabilidade das discussões dessas questões e na constituição de uma identidade coletiva, fortalecendo a busca e a concretização de objetivos comuns entre trabalhadores cooperados.

Referências

ANDRADA, C. F. Onde a autogestão acontece: revelações a partir do cotidiano. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 1-14, jun. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172006000100002&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 19 jun. 2017.

BEISIEGEL, C. de R. **Política e educação popular**: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. São Paulo: Ática, 1989. 378 p.

ESTEVES, E. G. **Sócio, trabalhador, pessoa**: negociações de entendimentos na construção cotidiana da autogestão de uma cooperativa industrial. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. 253 p.

GONÇALVES-FILHO, J. M. Humilhação social: humilhação política. In: SOUZA, B. de P. (Org.). **Orientação à queixa escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

JARA-HOLLIDAY, O. Sistematização das experiências: algumas apreciações. In: BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (Org.). **Pesquisa participante**: o saber da partilha. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2006. p. 227-243.

LANE, S. T. M. Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In: CAMPOS, R. H. F. (Org.) **Psicologia social comunitária**: da solidariedade à autonomia. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

MACHADO, A. M. Os psicólogos trabalhando com a escola: intervenção a serviço do que? In: MEIRA, M. E. M.; ANTUNES, M. A. M. (Org.). **Psicologia escolar**: práticas críticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

MARTINS, S. A. **A formação política da juventude do Movimento Sem-Terra no Estado do Paraná**. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MARX, K. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NUNES, D. **Incubação de empreendimentos de economia solidaria**: uma aplicação da pedagogia

da participação. São Paulo: Annablume, 2009. 348 p.

PAIVA, V. O período 1958-1964: novas ideias em matéria de educação de adultos. In: _____. **História da educação popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

PEREIRA, A. C. L., SECCO, L. D. P. D.; CARVALHO, A. M. R. A Participação das cooperativas de catadores na cadeia produtiva dos materiais recicláveis: perspectivas e desafios. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 14, n. 29, p. 171-186, abr. 2014.

PINHEL, J. R. O catador de materiais recicláveis. In: _____. (Org.). **Do lixo à cidadania**: guia para a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. São Paulo: Peirópolis, 2013.

PRADO, M. A. M. Psicologia política e ação coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 1, n. 1, 2001. Disponível em: <<http://each.uspnet.usp.br/rpp/index.php/RPP/article/view/8/9>>. Acesso em: 4 jul. 2017.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2012. 94 p.

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. 156 p.

SINGER, P. Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP. In: SINGER, P.; SOUZA, A. (Org.). **A economia solidária no Brasil**: autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Cortez, 2000. p. 123-133.

SINGER, P.; SOUZA, A. (Org.). **A economia solidária no Brasil**: autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Cortez, 2000. p. 123-133.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. 127 p.

SILVA, P. N. **Desafios da inclusão do jovem na sociedade de consumo**: as alternativas encontradas por jovens da periferia da zona oeste de São Paulo/SP. Dissertação (Mestrado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

STRECK, D. R. Entre emancipação e regulação: (des)encontros entre educação popular e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 300-409, 2010.

SVARTMAN, B. P. et al. Reflexões sobre as condições psicossociais do exercício da autogestão. In: CORTEGOSO, A. L.; LUCAS, M. G. (Org.). **Psicologia e economia solidária**: interfaces e perspectivas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p. 39-52.

VALLIN, I. C. **Gênero e meio ambiente**: dupla jornada de injustiça ambiental em uma cooperativa de mulheres catadoras de materiais recicláveis. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Submetido em 3 de maio de 2018.

Aprovado em 8 de junho de 2018.